



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar

PARECER Nº 240/2022

RELATÓRIO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Pouso Alegre- MG, no uso de suas atribuições legais para exame **DO PROJETO DE LEI 1401/2022-DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL DO BAIRRO RESIDENCIAL JARDIM REDENTOR: CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL PROFESSORA MARIA CONCEIÇÃO DE CASTRO MONTEIRO(*1940 +2021)**

FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA

Conforme o artigo 67 e seguintes, do Regimento interno desta Casa, combinado com o artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica do Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão de Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação cabe especificamente, nos termos do artigo 68, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes às matérias desta natureza que trata este referido Projeto de Lei.

Com este Projeto passa a denominar-se **CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL PROFESSORA MARIA CONCEIÇÃO DE CASTRO MONTEIRO** a atual escola sem denominação situada na Rua Joaquim Cândido de Souza, nº85 - Quadra: S - Lote Al-1 - Bairro Residencial Jardim Redentor, Pouso Alegre/MG.

Na justificativa encontramos que a Professora Maria Conceição em Pouso Alegre/MG foi professora de Língua Portuguesa e Literatura na Escola Estadual Dr. José Marques de Oliveira e na Escola Estadual Professora Geraldina Tosta, local em que exerceu, também, o cargo de Diretora, no período de 1989 a 1991. Atuou na Rede Particular de Ensino como Professora de Língua Portuguesa e Literatura na Associação Pré Universitária de Pouso Alegre (Colégio Pouso Alegre) no período de 01/02/1992 a 02/02/1998. Na Rede Municipal de Ensino foi responsável pela inauguração, no ano de 1994, da Escola Municipal Prof^a. Isabel Coutinho Galvão onde foi a primeira Diretora, neste mesmo ano foi convidada a assumir o cargo de Secretária Municipal de Educação.

A legislação que trata do assunto diz, a partir da Constituição Federal em seus arts. 30 e 39, in verbis que:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local; IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Art. 39. Compete à Câmara, fundamentalmente:

I - legislar, com a sanção do prefeito, sobre todas as matérias de competência do Município;

Parágrafo único – A competência a que se refere o inciso I deste artigo, envolve os assuntos arrolados nos arts. 18 a 21 e ainda:

II - denominar estabelecimentos, vias e logradouros públicos;



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar

O art. 235 da Lei Orgânica Municipal disciplina ainda o assunto:

“Art. 235. É vedado dar nome de pessoas vivas a ruas, vias, logradouros públicos ou a bens e serviços públicos de qualquer natureza. Parágrafo único. Para os fins do artigo, somente poderá ser homenageada a pessoa que, comprovadamente, tenha prestado relevantes serviços ao Município ou que tenha se destacado, notoriamente ao nível municipal, estadual ou nacional.”

Por sua vez, o Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu o parecer **FAVORÁVEL**, para o regular processo de tramitação do Projeto de Lei 1401/2022, vez que há certidão de óbito e trata-se de estabelecimento público inominado, sendo dispensada a formalização da Lei Municipal nº 3620/99, para ser para ser submetido à análise das ‘Comissões Temáticas’ da Casa e, posteriormente, à deliberação Plenária à tramitação do Projeto de Lei em estudo, eis que não foram constatados obstáculos legais à tramitação do aludido Projeto de Lei.

Dessa forma, esta Comissão concluiu que o Projeto de Lei nº 1401/2022 cumpriu as condições legais no que tange à competência e à iniciativa.

Em tempo sugere-se a correção da redação da ementa do Projeto de Lei, para fins de adequação, para:

PROJETO DE LEI 1401/2022- QUE DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL: CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL PROFESSORA MARIA CONCEIÇÃO DE CASTRO MONTEIRO (*1940 +2021)

CONCLUSÃO

Após análise do presente Projeto de Lei nº 1401/2022, a Comissão verificou que a proposta se encontra com todos os requisitos legais preenchidos.

Diante dos fatos narrados, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação **EXARA PARECER FAVORÁVEL** à tramitação do referido Projeto de Lei, julgando-o apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade com as devidas correções. É o nosso parecer.

Pouso Alegre, 06 de dezembro de 2022.

ELIZELTO GUIDO
PEREIRA:049466026
07

Assinado de forma digital por
ELIZELTO GUIDO
PEREIRA:04946602607
Dados: 2022.12.06 15:57:51 -03'00'

Elizelto Guido
Relator

ANTONIO
DIONICIO
PEREIRA:34209239615
09239615

Assinado de forma
digital por ANTONIO
DIONICIO
PEREIRA:34209239615
Dados: 2022.12.06
16:10:00 -03'00'

Dionício do Pantano
Presidente

OLIVEIRA
ALTAIR
AMARAL:49
564579600

Digitally signed by
OLIVEIRA ALTAIR
AMARAL:4956457
9600
Date: 2022.12.06
16:06:24 -03'00'

Oliveira
Secretário